

DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DA ÁREA DA  
FAZENDA CARUARA – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA - RJ

**Profª Drª Nanci Vieira de Oliveira**

**Coordenadora**

**2007**

## **INTRODUÇÃO**

O Diagnóstico do Potencial Arqueológico da Área do Empreendimento do complexo Porto do Açú no Município de São João da Barra – RJ, autorizado pela Portaria do IPHAN Nº 379 de 30 de novembro de 2006, englobou tanto a Fazenda Saco D'Antas, como a a Fazenda Caruara em sua área de influência e, portanto, inclui em si a área onde será edificada a UTE Porto do Açú.

A Fazenda Saco D'Antas é atualmente objeto de licenciamento ambiental para a implantação de estrutura portuária (Porto do Açú) de uma das empresas do Grupo EBX, e está em fase de licenciamento de instalação. A Fazenda Caruara é adjacente à fazenda citada acima, compreendendo 1.800 ha entre as Lagoas do Iquipari e Grussaí, ao Norte da área prevista para o Porto do Açú, dos quais 500 ha estão previstos para a instalação da UTE.

O presente diagnóstico tem por referência o estudo elaborado para a Fazenda Saco D'Antas, onde a mesma equipe envolvida nos estudos anteriores efetuou o levantamento de campo, contemplando também a Fazenda Caruara. Apresenta os resultados dos levantamentos de campo nas áreas da Fazenda Saco D'Antas, Fazenda Caruara, nas áreas do entorno das Lagoas de Iquipari e Grussaí, bem como a do antigo caminho utilizado pelo gado e tropeiros até o século XIX.

Desta forma, os resultados obtidos indicam a realização de prospecções intensivas tanto na área de impacto direto das obras de engenharia da UTE e respectivas instalações necessárias para seu implemento, em especial no lado Norte da Lagoa de Iquipari.

## **CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO**

A região do empreendimento apresenta topografia baixa, contínua, bastante arenosa, com várias lagoas, braços de rio e canais de drenagem construídos no passado, assim como nos últimos anos (Figura 1).



Fonte: Imagem Google Earth, 2007.

**Figura 1 - Região do empreendimento com o sistema de drenagem constituído por lagoas, braços de rio e canais de drenagem construídos no passado**

Na região Norte Fluminense em termos geológicos, predominam os sedimentos quaternários marinhos costeiros (*Qml*) e sedimentos fluviais (*Qal*), este de forma notável no entorno da Lagoa Feia, em Campos. De idade pleistocênica, as fácies arenosas que caracterizam os depósitos praias tem origem marinha ou lagunar, sendo recobertas por areias eólicas. Já o Grupo Barreiras (*Tb*), de origem terciária, aflora na região de Quissamã-Caraípebus, sendo a área de maior expressão no delta do Rio Paraíba do Sul; esse grupo se apresenta sob a forma de tabuleiros ou falésias, tendo sido formado provavelmente em clima semi-árido durante o Plioceno, formando-se amplos leques aluviais nos sopés das encostas (segundo *Martin et al*, 1997 e *Ghignone*, 1979 in: RADAM, p.67). A unidade Bela Joana (*Ny<sub>2b</sub>*), que ocorre adentrando o continente é a mais antiga (570 a 560 Ma) na região estudada, de rochas granitóides pertencentes ao Complexo Charnockítico, integrante da Associação Paraíba do Sul; ocorre sob a forma de dois corpos alongados, de direção NE-SW, situados nos quadrantes norte e nordeste do Estado do Rio de

Janeiro e chega a ter 125 km de extensão e largura máxima de 24 Km, estendendo-se ao estado do Espírito Santo (RADAM, 1983:41).

Predominante na região é a planície costeira quaternária existente na desembocadura do rio Paraíba do Sul, que apresenta uma área de cerca de 3.000Km<sup>2</sup> e suas dimensões máximas são de 120 Km na direção N-S e de 60 Km na direção E-W. Foram identificadas as seguintes unidades de sedimentação nessa planície:

- Terraços marinhos pleistocênicos – mais desenvolvidos na parte sul, com zonas de intercordões que foram ocupadas por lagunas ligadas ao último período de nível marinho mais alto de idade holocênica ;
- Terraços marinhos holocênicos – mais desenvolvidos na porção norte da planície, em ambos os lados da desembocadura do rio Paraíba do Sul, são mais recentes que 5.100 anos A.P.;
- Sedimentos lagunares – na porção central da planície ocupando áreas de São Tomé e da Lagoa Feia, ocorrem sedimentos argilo-orgânicos ricos em conchas com datação entre 7.000 a 5.000 anos A.P.;
- Sedimentos fluviais - na porção central, repousam sobre os sedimentos lagunares, entre Campos e São Tomé foram encontradas numerosas “cicatrizes” de paleocanais no meio destes sedimentos (Martin et al., 1984:87).

Têm sido evidenciadas várias fases evolutivas na construção da parte holocênica da planície e desembocadura do rio Paraíba do Sul, onde se teriam formado um sistema de ilhas-barreiras e laguna que levaram o rio a construir um vasto delta intra-lagunar. Após 5.100 anos A.P., o nível relativo do mar vem tendo rebaixamento contínuo provocando a transferência das areias da plataforma continental e formando os vastos cordões de praia.

Em termos de vegetação destacam-se na região os ecossistemas de restinga. Estes ocupam 79% da costa brasileira e se localizam em substratos arenosos originados

de depósitos marinhos do período quaternário e freqüentemente englobam lagoas de água salgada, salobra ou doce.

À medida que se distancia do mar em direção ao continente, ocorre uma redução na concentração salina no solo, o que caracteriza formações vegetais distintas em praias, cordões arenosos, dunas e depressões. De acordo com o estágio de desenvolvimento, pode-se observar estratos herbáceos, arbustivos e arbóreos, este último mais interiorizado.

Assim, o estrato de gramináceas ocupa a faixa mais próxima da praia, seguida de uma faixa de vegetação intermediária onde entre gramíneas aparece de forma esparsa as espécies do estrato seguinte, prenunciando o seu crescimento. O próximo estágio muitas vezes apresenta-se em forma de moitas de restinga intercaladas por clareiras, de pequenos bosques e campos ralos de gramíneas, com a presença de pitangueiras, aroeiras, manga da praia, murici, mandacaru, guriri, entre outras espécies.

O ambiente mais extremo, ou seja, em áreas mais afastadas da praia desenvolvem-se espécies lenhosas, com raízes profundas, galhos numerosos e contorcidos, muitas vezes denominados como “cerrado de restinga”. Na planície de restinga de São João da Barra este adensamento da vegetação é observado mais para oeste alcançando os aluviões de Campos e, nas zonas marginais nas lagoas de Iquipari e Grussaí, cobrindo largas áreas como que matas ciliares.

Os cordões arenosos da restinga são intercalados por depressões, ou ainda, os pequenos córregos submersos pela areia formam os chamados “caminhos d’água”, geralmente embrejados, que nos períodos secos apresentam vegetação mais verde (Lamego, 1974).

## **OBJETIVOS**

As atividades desenvolvidas para o Diagnóstico do Potencial Arqueológico da área do complexo do Porto do Açú, englobando a área destinada à UTE, teve os seguintes objetivos:

1. Análise de fotografias aéreas e imagens de satélite da área de pesquisa;

2. Levantamento dos sítios arqueológicos e históricos registrados na região (tabela 01);
3. Levantamento dos bens tombados pelo IPHAN na Região (tabela 02);
4. Coleta de informações arqueológicas, antropológicas, etno-históricas e históricas sobre o litoral norte-fluminense;
5. Levantamento em campo da área de influência direta do empreendimento;
6. Levantamento de campo em áreas secundárias, correspondendo a locais indicados pelas análises de fotografias aéreas, por pesquisas anteriores e documentos históricos;
7. Identificação de vestígios arqueológicos e características culturais;
8. Realização dos diagnósticos e avaliação dos impactos de acordo com os procedimentos das técnicas das obras de engenharia;
9. Elaboração de projeto(s) de Prospeções Intensivas e Resgate de sítios arqueológicos a serem impactados, de acordo com as etapas de licenciamento e o cronograma das obras;
10. Definir propostas de Educação Patrimonial, de forma a divulgar e valorizar o patrimônio arqueológico para o público em geral, segundo as propostas da Arqueologia Pública e a legislação patrimonial nacional e internacional.

### **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A ênfase da maioria das pesquisas arqueológicas realizadas no Estado do Rio de Janeiro encontra-se nos sítios arqueológicos pré-coloniais. No entanto, nos estudos arqueológicos dos sítios históricos, merecem atenção especial o caráter discursivo tanto dos vestígios materiais como documentais (Funari, Hall & Jones, 1999; Funari & Zarankin, 2004), como objetos de estudo inseparáveis (Oliveira, 2002 e 2004). Assim, as documentações textual e iconográfica podem aumentar a validade e poder das interpretações do arqueólogo, pois estas conexões nem sempre são legíveis simplesmente através dos sítios arqueológicos (Orser, 1996).

A estratégia adotada em campo para a localização de vestígios arqueológicos consistiu na realização de levantamento sistemático de superfície (inspeção visual) e subsuperfície em áreas selecionadas a partir das análises de fotografias aéreas, imagens de satélite e fontes cartográficas. As áreas foram definidas utilizando-se das informações históricas e características ambientais que favorecessem o assentamento das populações humanas como: alta visibilidade, proximidade à água, proximidade a recursos, proteção contra o vento, informações descritas em documentos, entre outros.

Um “sítio arqueológico” é definido como local que apresenta vestígios de ocupação humana, ou seja, estruturas de fogueiras, concentração de cultura material, restos alimentares, entre outros. Os locais onde os vestígios superficiais se apresentam dispersos e de pouca representatividade são definidos como “áreas de ocorrência”.

As observações de sub-superfície foram realizadas através dos canais de drenagem e “cacimbas” existentes na área (Fazendas Saco D’Antas e Caruara) já que esta apresenta uma rede destas estruturas. A ocorrência de vestígios materiais foi registrada, observando-se a existência ou não de concentração dos mesmos. Tais ocorrências foram georeferenciadas, realizadas coletas de amostras, sendo estas etiquetadas, com indicação do local de coleta e a identificação do material.

Os materiais coletados foram analisados no Laboratório de Antropologia Biológica - UERJ por meio de práticas como: classificação (tipologia), catalogação (nº de registro, classificação, procedência, técnica de confecção, dimensões, estado de conservação, e outros) e tombamento (registro informatizado dos dados que constam na ficha catalográfica).

Para os levantamentos de campo foram definidas como objeto de pesquisa os setores de impactos diretos e indiretos correspondentes à delimitação das áreas onde serão instaladas as estruturas necessárias para o complexo Porto do Açú, entre estas as futuras instalações da UTE.

A Base de Informação da área apoia-se fundamentalmente na folha topográfica de Muçurepe (SF-24-G-IV-4 complemento SF-24-III-3), na escala de 1:50.000 produzida pela Diretoria de Geodésica e Cartografia do IBGE.

A referida base tem como principal objetivo espacializar os pontos coletados em campo com GPS, no período de 08 a 12 do corrente mês, apresentando as seguintes categorias de informações altimétricas e planimétricas:

- Hipsografia – curva de nível (eqüidistância de 20 m), pontos cotados;
- Obras e edificação – construções, pontes;
- Hidrografia – rios, córregos, represas;
- Malha em UTM;
- Toponímia – nome das localidades, bairros;
- Vias – arruamento, estradas.

Para a sua construção foi adotada a seguinte metodologia:

1. Edição dos arquivos vetoriais:

➤ Integração dos elementos das bordas;

a - reticulado da projeção/dados marginais;

b - deslocamento de elementos;

c - nível, cor, estilo, peso, fonte, tamanho e tipo (ponto, linha, polígono, célula, texto) dos elementos vetoriais;

d - "ligação" de elementos que têm continuidade nas folhas adjacentes;

e - elementos que se superpõem, total ou parcialmente, no mesmo arquivo ou em arquivos diferentes.

➤ Eliminação de eventuais erros de vetorização;

a - ausência de elementos vetoriais;

b - elementos estranhos nos arquivos;



c - erros na simbologia de representação dos elementos vetoriais(cor, estilo e peso das linhas);

d - vetorização incorreta de elementos;

e - superposição indevida de linhas;

f - elementos incompletos e/ou falhados;

g - erros de posicionamento e grafia dos elementos textuais;

➤ Transferência dos elementos para os níveis estabelecidos.



## **SEQÜÊNCIA OPERACIONAL**

As atividades de pesquisa foram realizadas em três etapas:

### **Gabinete**

1. Levantamento cartográfico histórico;
2. Levantamento de obras bibliográficas sobre a região;
3. Levantamento em publicações e instituições de sítios arqueológicos e patrimônio histórico e cultural;
4. Sistematização das informações coletadas.

### **Campo**

1. Identificação e georeferenciamento dos limites da Fazenda Caruara;
2. Levantamento da área correspondente ao caminho litorâneo presente em cartografia do século XVIII,
3. Levantamento sistemático de superfície da área com vegetação de restinga arbustiva e lenhosa relativamente preservada;
4. Levantamento dos quadrantes demarcados em carta previamente na área de impacto direto;
5. Levantamento dos quadrantes próximos às margens das Lagoa de Iquipari e Grussaí;
6. Entrevistas com moradores locais e equipes de topógrafos e sondagens presentes na área.

### **Laboratório**

1. Plotagem das informações obtidas em campo
2. Análise das amostras coletadas
3. Análise das informações obtidas em entrevistas com moradores locais
4. Sistematização dos dados históricos e arqueológicos
5. Elaboração de Relatório Final

## DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

De acordo com as especificações estabelecidas pelo IPHAN, são considerados os seguintes limites para as áreas de influência relacionadas aos aspectos arqueológicos e culturais (estes termos foram motivo de debate na última SAB):

- Área de Influência (AI): raio de 15 km a partir do limite do terreno; refere-se a influência do empreendimento na região
- Área de Influência Indireta (AII): raio de 5 km a partir do limite do terreno da fazenda Saco D'Antas onde será edificado o Porto do Açú, faixa de servidão de interligação do porto com as edificações necessárias para a UTE. Soma-se a esta as áreas que porventura serão ocupadas com as instalações de apoio da fase de implantação;
- Área de Influência Direta (AID): idem à AII, porém, com raio de 1 km;
- Área Diretamente Afetada (ADA): áreas das fases de implantação e operação que sofrerão intervenção direta das atividades do porto.

Nota-se que as áreas definidas acima estão associadas ao estudo realizado para o Porto do Açú, sendo que a Fazenda Caruara está inserida na AII do porto. A autorização de pesquisa solicitada ao IPHAN para o levantamento do porto incluía em seus limites a área da fazenda Caruara – uma vez que esta autorização fora utilizada para o estudo da área da UTE, foram usadas as mesmas áreas do estudo anterior, ou seja, não foram redefinidas novas áreas de influência para a UTE.

É importante destacar que a Fazenda Caruara foi estudada em sua totalidade, incluindo as áreas que serão ocupadas pelas instalações da UTE, porém, são referidas no presente laudo com suas denominações literais (Fazenda Caruara e UTE), podendo associá-las, para fins de avaliação de impactos, como AID e ADA respectivamente.



### **Delimitação das Áreas de Influência para o Porto do Açu**

#### **EQUIPE TÉCNICA**

**Coordenação:** Profa. Dra. Nanci Vieira de Oliveira – arqueóloga - UERJ

**Equipe:**

Ivan Francisco da Silva – geógrafo/geoprocessamento – UERJ

Prof. Dr. Gilson R. Martins – arqueólogo – consultor – UFMS

Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari - arqueólogo – consultor – UNICAMP

Profª Drª Beatriz Carvalho Penna – bióloga – INSTITUTO WALDEN

Profª Drª Rhoneds A. Perez – arqueóloga – Museu Nacional/UFRJ

Guilherme Vieira de Souza – Bolsista – LAB/UERJ

Flávia Vieira de Oliveira Aguiar – bióloga – Museu Nacional/UFRJ

## **ASPECTOS ARQUEOLÓGICOS DO LITORAL NORTE FLUMINENSE**

A região denominada Baixada Campista corresponde a toda uma região de planície arenosa em São João da Barra prolongada para o interior pela planície argilosa de Campos. A planície de restingas, resultado da movimentação do enorme volume de sedimento trazido pelo rio Paraíba do Sul e distribuídos pelas correntes marítimas, caracteriza-se pela extensão linear dos cômoros e depressões.

Os sítios arqueológicos identificados na região correspondem a sambaquis, sítios ceramistas e sítios de contato (Tabela 1). Alguns dos sambaquis registrados encontram-se distante a quilômetros do oceano, na aba dos tabuleiros, área intermediária entre a planície argilosa e os sedimentos quaternários da costa. De acordo com Lamego (1974) muitos destes sítios tiveram suas conchas utilizadas para a fabricação de cal. A distância destes sítios testemunha que a costa e a foz dos rios encontravam-se mais recuadas do que no período da colonização. Período em que a Lagoa Feia correspondia à uma enseada que, com a sua riqueza faunística certamente atrairia populações humanas. Ainda no início do século XIX, Aires Casal (1976) a retrata como de água saudável, mas turva, rica em pescados: piabanhas, piaus, crumatãs, corvina.

**TABELA 1 - RELAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA REGIÃO**

<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>TIPO DE SÍTIO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>REF. BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>
Sítio Campo da Boa Vista	Sambaqui	São João da Barra	1 km da Vila de São Tomé, na estrada de Santo Amaro	Dias Jr (1969); Souza (1981)	Artefatos líticos, ossos e conchas. Destruído em 1969.
Sítio das Marrecas	Sambaqui RJ-MP-07	São João da Barra	Baixada Grande	Dias Jr (1969); Souza (1981)	Artefatos líticos, ossos e conchas. Destruído em 1969.
Sítio do Bugre	Sítio cerâmico	São João da Barra	Próximo à cidade de Itabapoana.	Dias Jr (1969); Souza (1981)	Cerâmica tupiguarani, fase Itabapoana.
Sítio Praia de Manguinhos	Sítio de contato RJ-MP-09	São João da Barra	Praia de Manguinhos, enseada do Retiro, acima da barra do Itabapoana	Oscar (1976) ; Souza (1981)	Cerâmica de contato. Destruído em 1966 Aires de Cabral (1817) situa nesse local a Vila da Rainha, por ali haver encontrado duas mós de pedras e vestígios da antiga construção.
Sítio Santo Amaro	Sítio cerâmico	São João da Barra	Barra do Itabapoana	Dias Jr (1969); Souza (1981)	Cerâmica tupiguarani, fase Itabapoana.
Sítio da Alma Pura	Sítio cerâmico	São João da Barra	Atafona, sobre uma ilha da foz do rio Paraíba do Sul	Dias Jr (1969); Souza (1981)	Cerâmica Tupiguarani, fase Ipuca
Sítio Ponta do Caçador		São João da Barra		IPHAN	vestígio orgânico malacológico.
Sítio Rui Saldanha	sambaqui	São João da Barra		IPHAN	Área de 1.200 m², vestígios malacológicos Destruído em 1997.

(Continuação)

**TABELA 1**  
**RELAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA REGIÃO**

<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>TIPO DE SÍTIO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>REF. BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>
Sambaqui da Boa Vista	sambaqui	Campos dos Goytacazes	Próximo ao farol de São Tomé e rio Açu.	Lamego (1946); Souza (1981)	Conchas, artefatos líticos e ossos.
Sambaqui da Lagoa dos Jacarés	Sambaqui	Campos dos Goytacazes	Margens da Lagoa dos Jacarés, em Pipeadeiras.	Lamego (1946); Souza (1981)	Lamego (1946) afirma ser natural.
Sambaqui de Itabapoana I	Sambaqui	Campos dos Goytacazes	Margem direita do rio Itabapoana.	Lamego (1946); Souza (1981)	Na aba dos tabuleiros que delimitam o leito maior do rio Itabapoana, a 15 km em linha reta do oceano. Área elipsoidal com 100 metros de comprimento e dois de largura Com restos humanos e conchas. Destruído em 1946, para construção de fábrica de cal.
Sambaqui de Itabapoana II	Sambaqui	Campos dos Goytacazes	Próximo ao Sítio Itabapoana I,.	Lamego (1946); Souza (1981)	Com área de 200 metros, restos humanos e conchas. Destruído em 1946, para construção de fábrica de cal.
Sambaqui do Rio Preto	Sambaqui	Campos dos Goytacazes	Rio Preto, próximo à Lagoa de Cima.	Lamego (1946); Souza (1981)	
Sambaqui de Santo Amaro	Sambaqui	Campos dos Goytacazes	Distrito de Santo Amaro.	Lamego (1946); Souza (1981)	Artefato lítico e conchas. Destruído em 1970.

(Continuação)

**TABELA 1**  
**RELAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA REGIÃO**

DENOMINAÇÃO	TIPO DE SÍTIO	MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	REF. BIBLIOGRÁFICAS	INFORMAÇÕES
Sítio do Chiquito	Sítio cerâmico RJ-PM-01	Campos dos Goytacazes	Margem direita do rio Muriaé.	Dias Jr (1969); Souza (1981).	Área inferior a 100 metros. Cerâmica Tupiguarani, fase Ipuca. Destruído em 1969.
Sítio do Caju	Sítio cerâmico RJ-MP-08	Campos dos Goytacazes	Área urbana de Campos, à margem direita do rio Paraíba do Sul	DIAS JR (1969); ALVIM & DIAS-JR (1972/73).	Sítio-habitação originalmente com 4.000 m2 de área e espessura de 40 cm. Cacos de cerâmica, sepultamentos, contas elaboradas sobre ossos leves. Tradição Uma, fase Mucuri. Datação 1.430 ± 65.
Sítio da Santa Casa	Sítio de contato	Campos dos Goytacazes		IPHAN	Área estimada em 100 m2. Artefatos cerâmicos, vestígios orgânicos malacológicos e ossos, e outros vestígios inorgânicos (peças de metal e roda metálica).
Sítio São Miguel Furado	Sítio de contato	Quicamã		IPHAN	Concentração de carapaças de moluscos e material colonial.
Sítio de Santa Rita		Campos dos Goytacazes		IPHAN	

Fonte: IPHAN-6ª Regional-Rio de Janeiro



**TABELA 2 - BENS TOMBADOS PELO IPHAN NA REGIÃO**

<b>Denominação</b>	<b>Município</b>	<b>Localização</b>	<b>Livro Histórico</b>	<b>Nº Processo:</b>	<b>Descrição</b>
Solar da Baronesa de Muriaé	Campos dos Goytacazes	Academia Brasileira de Letras- Estrada Campos-Haperana	Inscrição: 448 data:19-7-1974 Livro Belas Artes Inscrição: 517 Data: 19-7-1974	0890-T-73	IPHAN O tombamento inclui dois hectares de terra que foram incorporados ao solar por doação e o conjunto de palmeiras imperiais
Solar de Santo Antônio	Campos dos Goytacazes	Asilo Nossa S. do Carmo Av.Vinte e Quatro de Outubro, 143	Livro Histórico- Inscrição: 242 data: 24-7-1946 Livro Belas Artes Inscrição: 309 Data: 24-7-1947	0176-T-38	IPHAN Construção da fase áurea do ciclo da cultura do açúcar, do início do século passado. É uma típica construção solarenga, com quatorze janelas em sua fachada principal. A entrada faz-se por um lance de escadaria que conduz a um pátio interno guarnecido por grades de ferro artisticamente trabalhadas. A sua esquerda, há um pequeno campanário. Outros nomes: Engenho Santo Antônio: casa; Fazenda Grande do Beco: casa Levantada por Joaquim Pinto Neto dos Reis
Solar e Capela do Engenho do Colégio e capela	Campos dos Goytacazes	Estrada Campos-Tocos	Livro Histórico- Inscrição: 243 data: 24-7-1946 Livro Belas Artes Inscrição: 308 Data: 24-7-1946	0175-T-38	IPHAN A casa e capela, que foi engenho dos jesuítas na baixada campista, foi construída no final dos seiscentos. Com a expulsão dos jesuítas foi o conjunto vendido e, na segunda metade do século passado, nasceu e viveu por muitos anos o Almirante Saldanha da Gama. A edificação, localizada em meio a extensa planície de canaviais, forma ampla e compacta quadra em torno de um pátio central. A capela constitui a ala direita da quadra, e sua torre sineira localiza-se entre ela e a casa propriamente dita. A capela e a torre apresentam-se para a frontaria principal como elementos diferenciados do resto da edificação; aquela, com frontão alto com curvas, e esta encimada por pequena cúpula de alvenaria entre pináculos. Contrastando com elas, a casa se apresenta singela, sólida, com vãos espaçados e dispostos com alguma irregularidade ao longo das quatro faces, além daquelas voltadas para o pátio interno. Os beirais corridos de todas essas fachadas são armados em beira-seveira. Restauradas pela Universidade Norte Fluminense para servir à Escola de Cinema, atualmente desativada.

(Continuação)

**TABELA 2 - BENS TOMBADOS PELO IPHAN NA REGIÃO**

<b>Denominação</b>	<b>Município</b>	<b>Localização</b>	<b>Livro Histórico</b>	<b>Nº Processo:</b>	<b>Descrição</b>
Solar do Visconde	Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	Livro Belas Artes Inscrição: 295 Data: 21-9-1943	0174-T-39	IPHAN Tipo de Casa Grande do séc XIX, unida ao engenho
Capela de Nossa Senhora do Rosário do Engenho	Campos dos Goytacazes	Distrito de São Gonçalo –	Livro Belas Artes Inscrição: 258 A Data: 16-4-1942	0174-T-39	A Capela da Fazenda do Visconde, que data do séc XVIII O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN. A fachada foi desfigurada pela reforma recente. Outros nomes: Capela de Nossa Senhora do Rosário do Engenho; Engenho do Visconde: capela
Solar e fazenda dos Airizes: casa	Campos dos Goytacazes	Estrada Campos-Atafona	Livro Belas Artes Inscrição: 276 Data: 19-2-1940	0177-T-38	É o único remanescentes desses edifícios monumentais erguidos pelos senhores de engenho da planície, excetuando-se o Colégio e São Bento, construídos por ordens religiosas. A fachada com 45 m e perfeito equilíbrio arquitetônico. Construído há cem anos pelo comendador láudio do Couto e Souza na margem direita do Paraíba
Casa de Câmara e Cadeia	São João da Barra		Livro Histórico- Inscrição: 398 data: 27-4-1967	0763-T-65	IPHAN-Prédio de 1794/97. Único sobrevivente do período colonial. Foi recuperado pelo IPHAN em 1967. Existe alçapão. A argamassa das grosas paredes, misturada com óleo de baleia e as grades triplas de ferro nas janelas
Solar do Barão de Barcelos	São João da Barra				Residência do Barão Domingos Alves de Barcelos Cordeiro. Reformada recentemente, teve acrescentado um andar
Igreja Matriz de São João Batista	São João da Barra				Construída no início do séc XVIII, com estilo Barroco rococó, teve a nave central incendiada em 1882. Reformada com contribuição da Câmara e do povo, foi reaberta eem 1884. Igreja cruciforme
Paço Municipal	São João da Barra				Prédio construído na época do Império
Solar do Comendador André Gonçalves da Graça	São João da Barra	Edifício do Fórum			Solar do Comendador André Gonçalves da Graça, rico traficante de escravos
Igreja da Boa Morte	São João da Barra				Construída 1818, tem a torre em forma de coroa, rara no país. Imagem trazida pelo marujo Antônio Alberto Vasconcelos em 1802

(Continuação)

**TABELA 2 - BENS TOMBADOS PELO IPHAN NA REGIÃO**

<b>Denominação</b>	<b>Município</b>	<b>Localização</b>	<b>Livro Histórico</b>	<b>Nº Processo:</b>	<b>Descrição</b>
Igreja de São Pedro	São João da Barra				Construída em 1885 pelo fazendeiro Emanuel Francisco de Almeida para servir de túmulo para ele e sua mulher.
Capela de Santo Antônio dos Pobres	São João da Barra				Construída onde existia, primeiro uma capela de palha e depois de alvenaria no lugar de um antigo cruzeiro de 1881
Igreja da Penha	Atafona				Construção provavelmente de 1860, em terreno doado pela viúvaaa do comendador Joaquim Thomaz de Farias, forte traficante de escravos
Solar da Machadinha	Quiçamã				Bela varanda ladrilhada de mármore do magnífico solar da Machadinha
Sobrado de Gurirí	Quiçamã				Construído em 1863 pelo comendador Joaquim Ribeiro de Castro, da família de Quiçamã
Asilo de N. S. da Lapa	Campos dos Goytacazes				Construído para seminário pelo missionário padre Ângelo de Siqueira. Portal da igreja datada 1755
Igreja do Carmo	Campos dos Goytacazes				Datada de 1797. No seu interior com belos trabalhos de talha, nos altares laterais e nas tribunas
Igreja de N.S. Mãe dos Homens e Santa Casa de Misericórdia	Campos dos Goytacazes				Construção do século XIX
Igreja de São Francisco	Campos dos Goytacazes				Construída por Frei Vitório de Cambiasca, 1771. Sobre uma das portas da igreja com ornamentação de frutas brasileira – cajus -
Monumento aos campistas mortos na 2ª guerra Mundial	Campos dos Goytacazes				O monumento de autoria de Modestino Kanto.

Fonte: IPHAN-6ª Regional-Rio de Janeiro

A planície aluviônica de Campos, mais para o interior, com florestas densas, floresta inundada e brejos herbáceos, e a planície arenosa de São João da Barra com vegetação de restinga, ofereciam os recursos necessários para subsistência, matéria-prima para a confecção de artefatos, construção de cabanas e confecção de canoas das populações humanas que as percorriam.

Nesta relação entre o interior e o litoral, algumas populações utilizavam-se de recursos da caça e coleta em áreas de Mata Atlântica em determinados períodos, e em outros se encontravam no litoral utilizando-se predominantemente de recursos aquáticos e de restinga. Este movimento sazonal de populações pré-ceramistas pode ser verificado em um sítio arqueológico na ilha de Santana, próximo a Macaé, no litoral norte-fluminense. A ilha foi ocupada há  $1260 \pm 330$  anos AP (antes do presente), por grupos que tinham como base da sua dieta o peixe, ficando a coleta de moluscos como uma atividade secundária. A pesca era realizada próximo à praia e às pedras, pois todas as espécies consumidas podem ser capturadas em águas rasas. Em número bem menor, aparecem ossos e dentes de mamíferos, estando presentes espécies que só poderiam ser encontradas no continente; entre estas um osso de primata e ossos de cervídeo, espécies de Mata Atlântica, que não aparecem nas áreas de restingas do litoral (Lima & Silva, 1984).

Até o início do contato com o europeu, encontraremos no Rio de Janeiro duas grandes tradições cerâmicas, a tradição Una e a tradição Tupiguarani, também presentes em sítios arqueológicos no norte fluminense. Assim como sítios com cerâmicas e material de origem européia testemunham os contatos entre indígenas e colonizadores.

Acredita-se que a cerâmica de tradição Una, presente em alguns sítios no Rio de Janeiro, tenha vindo do interior brasileiro devido à presença desta cerâmica em Minas Gerais, cujas datações são mais antigas (Dias Jr, 1976/77). A variação que apresenta datações mais recentes, 550 a 980 a.D. (Dias Jr, 1964; 1967 e 1969), correspondem a sítios no sudoeste de Minas Gerais (Dias Jr, 1974), Espírito Santo (Perota, 1969 e 1974) e Rio de Janeiro (Dias Jr, 1969). Os sítios arqueológicos ocorrem nas áreas da Mata (MG), entre a planície litorânea e a Serra do Mar (ES e RJ).

A cerâmica da tradição Una encontrada, predominantemente, de São Pedro da Aldeia até Vitória, do vale médio do Paraíba e do Muriaé ao alto rio Doce, caracteriza-se como do tipo simples, com rara decoração plástica (pequenas ocorrências de incisões e estrias polidas), lembrando a forma do "fruto da Sapucaia". As interpretações arqueológicas e antropológicas relacionaram as fases arqueológicas desta tradição aos grupos indígenas não-Tupi (Alvim *et alli*, 1973; Beltrão, 1978; Dias Jr & Carvalho, 1980; Mendonça de Souza, 1981; Prous, 1992), ou seja, a povos do tronco lingüístico Macro-Jê (Noelli, 1999:290). Ainda que não haja uma correlação um a um entre cultura material e grupo étnico ou lingüístico (Jones 1997), tais associações estabelecidas pela literatura arqueológica devem ser levadas em conta, de forma problematizada.

Segundo algumas interpretações, a cerâmica da tradição Tupiguarani parece ter sua origem na região amazônica, sendo impulsionados em direção ao litoral. As populações fabricantes desta cerâmica, alcançando o litoral, pressionaram e disputaram territórios com os grupos da tradição Una. As pressões resultantes destas migrações poderiam explicar os sinais evidentes de aculturação tupiguarani na cerâmica do período final da tradição Una (fase Mucuri), em São Fidélis, como também a presença de cerâmica Tupiguarani em dois sítios arqueológicos em Campos, onde os cronistas registram como reduto de grupos indígenas não-Tupi. Outras possibilidades interpretativas podem ser exploradas, se considerarmos que grupos diversos podiam usar tipos cerâmicos variados. Em uma mesma comunidade, diversos tipos cerâmicos, de variada origem, encontravam uso e apropriação diferenciados.

Alguns sítios Tupiguarani, fase Ipuca, aparecem próximos ao rio Muriaé, em ilhas do rio Paraíba. A maioria são sítios pequenos, com média de 100 m<sup>2</sup> e superficiais. Próximo a S. Fidélis foi encontrado o maior sítio, 7000 m<sup>2</sup>, com camada de ocupação de 40 cm de espessura. Isto parece indicar que alguns grupos Tupinambá se estabeleceram em pleno território não-Tupi. Entretanto, não conseguiram ficar isolados, recebendo influência de seus vizinhos e vice-versa, em interação cultural bem atestada na literatura antropológica e arqueológica (c.f Jones 1997). A cerâmica destes sítios é de cor escura (chocolate), predominando as peças lisas. A decoração plástica mais encontrada é o polido-estriado, seguido pelo unculado e, em menor escala, o corrugado. A decoração pintada (menos de 1%) é o engobo branco com

alguma pintura vermelha. A maior limitação de suas formas, percentagem alta do polido-estriado, e a quase inexistência do engobo, decoração corrugada e não aplicação do escovado indica influencia de outra tradição não-Tupi (tradição Una - fase Mucuri), cujos sítios são encontrados na vizinhança (Dias Jr, 1977:118).

Outros sítios tupiguarani, classificados como da fase Itabapoana, encontram-se em pequenas elevações (50 cm), são superficiais (camada ocupacional de 10cm), o que os caracteriza como sítios acampamentos. Em Macaé e São João da Barra foram localizados três sítios desta fase. São caracterizados por cerâmica de coloração amarelado escuro, com um alisamento rudimentar. As peças com decoração apresentam o escovado, o ungulado tangente em linha, o corrugado complicado, além de outros. A decoração pintada mais encontrada é o engobo vermelho, embora apareçam algumas peças com engobo branco, com faixas e traços vermelhos.

### **ASPECTOS ETNO-HISTÓRICOS DO LITORAL NORTE FLUMINENSE**

Na área do norte fluminense são encontradas, desde o século XVI, referências à existência de grupos não-Tupi, aparecendo em destaque os chamados *Goitacá*. Os relatos indicam que estes habitavam a costa entre o rio São Mateus, no Espírito Santo, e o rio Macaé, no Rio de Janeiro, onde faziam contato com os Tupinambá, estando presentes também nas margens do rio Paraíba do Sul.

Dividia-se em três grupos tribais: *Goitacá açu*, *Goitacá jacoritó*, *Goitacá mopi*. Havia os que ocupavam as planícies que se estendiam da Lagoa Feia até o rio Paraíba (os *jacoritó* e os *mopi*), ou seja, a planície de restinga, e os que habitavam mais para o interior em áreas de florestas (os *açu*), na planície aluviônica. Thevet refere-se a um quarto grupo denominado *Goitacá miri* (Metraux, 1946).

Famosos pela habilidade de guerrear em áreas abertas, eram considerados os grandes guerreiros dos campos, sendo comum suas mulheres os acompanharem nas guerras (Lamego, 1974:88). De acordo com a descrição de Simão de Vasconcelos (1658), tinham estatura mais elevada que os Tupi, mais musculosos, usando cabelos compridos até o ombro.

Sua subsistência baseava-se, principalmente, na caça, coleta e pesca, embora praticassem alguma agricultura de milho e tubérculos, estando ausente a mandioca

(Metraux, 1946). Entretanto, Vasconcelos ([1658] 1882) faz referência à não existência de roças entre os Goitacá. Apreciavam o tubarão, consumindo a carne e utilizando os dentes nas suas pontas de flechas. Não fabricavam redes para dormir, sendo suas camas sobre folhas.

Como habitantes de áreas ricas em lagoas, a navegação não era desconhecida, porém não utilizavam canoas, e sim jangadas. De acordo com Wieud-Newieud (1989), suas aldeias eram, geralmente, construídas em locais alagados ou em lagoas, com *malocas em forma de pombal, em moirões*. Simão de Vasconcelos ([1658] 1882) descreve as aldeias Goitacá com *choças de palha, fundadas cada qual sobre um esteio de pau metido na areia, por mor segurança dos seus contrários, cercados sobretudo de matas espessas, rios e charcos inacessíveis*, estando sempre afastadas do litoral, encontrando-se nas planícies interioranas. Entretanto, como caçadores-pescadores-coletores, costumavam percorrer toda a planície de restinga, suas lagoas, rios e costa do mar, estabelecendo acampamentos temporários para as atividades de caça e pesca.

Lamego (1974) afirma ter encontrado em uma urna, de origem Goitacá, um machado de pedra, cujo material era proveniente das jazidas de Minas Gerais, o que demonstra troca com grupos do outro lado do Paraíba ou que seu território se estendia além do referido rio.

Sempre foram muito arredios a qualquer presença estranha em seu território, tanto que só foram *pacificados* com a ação dos Jesuítas. Em 1630 foram totalmente derrotados pela força portuguesa e, com os sobreviventes, foi fundada a Aldeia de São Pedro dos Índios. Uma das estratégias utilizadas pelo colonizador para quebrar a resistência Goitacá foi a prática de se espalhar roupas contaminadas por varíola nos campos, o que acabou por obrigá-los a conciliarem-se com os invasores (Lamego, 1974 ).

Os colonizadores, penetrando pela baixada de Campos, empurraram alguns grupos *Goitacá* cada vez mais para o interior, que, fugindo do contato, penetraram pelas matas das Serras do Mar e da Mantiqueira, territórios ocupados pelos chamados *Aimorés* (Cornélio Fernandes, 1928). No início do século XVIII, o capitão-mor Domingos Alvarez Pessanha conseguiu atrair alguns *Goitacá* para a sua fazenda

(Lamego: 1974:85). Aparecem referências a índios *Paraíbas* como *Goitacá* do Rio de Janeiro, na região de Vila Rica antes da fundação desta (D'Orbigny, 1976: 150). Cabe ressaltar que Jean de Lery ([1555] 1980) identifica um grupo como *Paraíbas* ao sul do rio Itapemirim, que Lamego interpreta com sendo uma das aldeias *Goitacá* (1974:75). No início do século XIX, alguns poucos remanescentes desta etnia aparecem próximo a Cabo Frio e à vila de Campos (Metraux, 1946).

No norte fluminense aparecem referências a outros grupos, tanto que Wieud-Newieud (1989:97) diz que o território ocupado pelos *Goitacá* *era pequeno dentro dos termos dos rios Paraíba e Macaé*. As matas da Serra do Mar até o Vale do Paraíba eram habitadas por indígenas *Guaru* ou *Guarulhos* (1672), que não desciam à planície devido aos *Goitacá* (Lamego, 1974).

Dominados os *Goitacá*, a ocupação da planície do norte fluminense acarretou o contato dos europeus com os grupos indígenas ocupantes das margens do rio Paraíba e das matas adjacentes.

Os grupos que se encontravam mais próximos das áreas de planície recém ocupada pelos portugueses foram os primeiros a sofrerem a pressão do colonizador, sendo aldeados pelos jesuítas. O aldeamento de Santa Rita e Nossa Senhora das Neves foi fundado nas terras em que os Jesuítas estabeleceram a fazenda de Sant'Anna, próximo à foz do rio Macaé, com índios provenientes das matas dos rios São Pedro, Macaé e Macabú. O aldeamento de Santo Antônio foi estabelecido pelos jesuítas na margem norte do rio Paraíba, não muito distante da Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, ficando, a partir de 1659 sua direção a cargo dos missionários capuchinhos franceses. No século XVIII, tais grupos aparecem com a denominação de *Guarulhos*, termo também utilizado para diversos grupos de língua não-Tupi na área de Mata Atlântica em São Paulo.

Após a conquista, desceram do sertão, isto é, das regiões serranas, os *Coropó*, os *Coroados* e os *Puri* (Souza Silva, 1854: 124). A área ocupada por tais grupos era extensa, correspondendo às adjacências do rio Paraíba, Espírito Santo, sudeste de Minas Gerais até o rio Jequitinhonha, ocupando basicamente as áreas de Mata Atlântica.



Segundo vários autores, estes eram grupos afins aos Goitacá, ou seja, pertenciam ao mesmo grupo lingüístico. As línguas dos Coroados e Coropó eram extremamente semelhantes, e ambos compreendiam os Puris (Wied-Neuwied, 1989). Entretanto, apesar de tais grupos indígenas ocuparem territórios coincidentes com os Goitacá, torna-se difícil estabelecer relacionamento entre estes, já que pouco se sabe da cultura material dos Goitacá para que se possa comparar com as informações que se possui dos Puri e Coroados (Metrax, 1929:117).

Algumas designações locais, registradas pelos colonizadores, indicam a diversidade que se escondia sob o termo Coroado. A abrangência do termo Coroado, com possível introdução de elementos Tupinambá que, segundo o Pe. Anchieta teriam fugido para o sertão, se confirma com os traços Tupi-Guarani encontrados na cerâmica da fase Mucuri (tradição Una), em seu período final, como também a presença de cerâmica Tupiguarani em São Fidélis (Dias Jr. 1973: 32). Na cultura material descrita entre os Coroados, encontramos igualmente a presença da influência Tupi-Guarani, pois são os únicos a produzirem cestos iguais aos Tupinambá e abanos como os dos grupos Tupi. Já os Coropó e os Puri, na técnica empregada na tecelagem dos sacos de transporte, aproximam-se dos Ge meridionais, como os confeccionados pelos Kaingang, descendentes dos Guaianá do século XVI (Ribeiro, 1984).

Nas mesmas áreas ocupadas por estes grupos existiam outros que eram chamados de *Puri*, termo depreciativo utilizado pelos Coroados. Este termo igualmente esconde a grande diversidade tribal existente, onde apenas algumas designações locais aparecem em alguns documentos, como os *Sabonan*, os *Uambori*, os *Xamixuna*. O território *Puri* situava-se para além do rio Paraíba, principalmente leste e sudeste de Minas Gerais e as florestas do Espírito Santo, entretanto faziam constantes incursões até a planície do norte fluminense.

Os *Puri* eram nômades, vivendo da caça, da coleta de frutas e raízes. Viviam em acampamentos, com pequenas cabanas feitas de galhos, utilizando redes de fibras de embaúba. Era constante o ataque destes às roças de outros grupos indígenas e de colonos, principalmente de cana-de-açúcar, que muito apreciavam.

No século XVIII, Capuchinhos subindo o Paraíba, oito léguas distante de São Salvador dos Campos, encontraram índios Coroados. Wied-Newied (1815) encontrou alguns grupos *Puri* e Coroados próximos a São Fidélis, citando que este foi fundado com Coroados e *Coropós* (pág. 103) e que na Aldeia da Pedra viviam Coroados, *Coropós* e *Puris*. Ehrenreich (1818) encontrou cerca de 120 *Puris* estabelecidos no aldeamento de Muriahé.

A análise de cartografia setecentista indica que, na segunda metade do século XVIII, as áreas entre os rios Paraíba, Itabapoaba e Muriaé encontravam-se ocupadas apenas por populações indígenas. A carta de Francisco João Rocio (1777) denomina estas populações como Goytacazes. A Carta Topográfica de Manuel Vieyra Leão (1767) indica o sertão entre a serra e o rio Paraíba como ocupada por “índios bravios”, porém na área da margem esquerda da lagoa de Iquipari (toponímia atual) haveria ocupações “Goytacazes” e no alto Macaé uma aldeia de Guarulhos.

### **ASPECTOS HISTÓRICOS DO LITORAL NORTE FLUMINENSE**

A primeira tentativa de estabelecimento português no norte fluminense ocorre com Pero de Góis na margem do rio Paraíba, em terras de São João da Barra, área ocupada pelos Goitacá. Este estabelecimento acredita-se estar localizado nas proximidades da ponta do Retiro e próximo à lagoa Doce, ao sul da barra do Itabapoana. Após dois anos de convivência, devido à traição cometida por um dos homens da povoação contra os indígenas, surge a guerra entre eles, obrigando o donatário a se retirar para capitania do Espírito Santo (Casal, 1976; Lamego, 1974; Oscar, 1976).

A conquista da planície de restinga inicia-se com a excursão dos jesuítas João de Almeida e João Lobato em 1619 aos *campos dos Goytacazes*, com suas *formosas lagoas*, mas *cercados de arvoredos espessos, rios medonhos e alagadiços incomparáveis*, situados *entre os termos dos dous rios Parahyba e Macahé* (Vasconcellos, [1658]1882). Com as pazes estabelecidas com as diferentes etnias<sup>1</sup> Goitacá, alguns pescadores vindos de Cabo Frio se instalaram na foz do rio Paraíba,

---

<sup>1</sup> Por etnia entende-se um grupo que se auto-define, aquilo que se diz em Antropologia como definição êmica (do próprio grupo). No caso, faltam dados concretos para delimitarmos as etnias goitacazes em sua diversidade. Ademais, as identidades étnicas são fluidas e nem sempre marcadas, com clareza, pela cultura material (cf. Funari, Orser e Schiavetto 2005).

nascia uma pequena povoação, mais tarde São João da Barra (Lamego,1974 ; Oscar, 1976).

Estas terras foram repartidas em sesmarias, distribuídas pelos chamados “Sete Capitães”, os capitães de confiança das tantas conquistas da família Sá no Rio de Janeiro, o que deu início ao definitivo povoamento dos Campos dos Goytacazes. Nova redistribuição de terras foi realizada em 1648 por Salvador Correia de Sá e Benevides, beneficiando este e seus protegidos, os Beneditinos, os Jesuítas e outros (Boxer, 1973; Lamego,1974). Os jesuítas recebem as terras que se iniciavam na barra velha do Açu, vizinhas as dos Beneditinos e a do General Salvador Correia, passando entre as duas lagoas do Taí, e alcançavam o Campo Novo no rio Paraíba. Os elementos geográficos descritos na carta das terras jesuíticas parecem indicar que a lagoa de Quipari estaria dentro de seus limites.

Nos primeiros tempos de colonização, na área de Campos dos Goytacazes. não houve grande desenvolvimento da agricultura sem a criação de gado. Em 1651, Salvador Correia declarava ser possuidor de sete mil cabeças de gado bovino, setenta cavalos e cento e setenta escravos em suas terras nos Campos dos Goytacazes.

As disputas por terras, revoltas e outros interesses tornavam esta região uma das mais violentas no período colonial, levando à intervenção do governo e resultando na fundação de vilas na planície, sendo a de Campos em 29 de maio 1677 e a de São João da Barra em 18 de junho do mesmo ano. Já nesta época existia a pequena igreja de São João da Barra e em seu entorno já habitavam algumas pessoas (Lamego, 1974).

Na Planície Campista, a pecuária extensiva precedeu à cultura canavieira até meados do século XVIII, quando passou a dominar a cultura da cana. O declínio da pecuária foi decorrência de várias causas, principalmente da expulsão dos jesuítas. Dos tempos de predominância da pecuária somente sobreviveram as edificações das ordens religiosas (Mendes,1969). Devido à fertilidade da planície aluviônica de Campos, esta começa a atrair os lavradores. A “carta topográfica da capitania do Rio de Janeiro” de Manoel Vieira Leão (1767), apresenta na região dos Campos dos Goytacazes ainda um número pequeno de engenhos (figura 2).



regulamentados. A procura constante pela lagoa de Quipari pode ser observada pela proibição da pesca em período de barra aberta (Martins, 2004).

Ainda no final do século XVIII, os territórios da margem esquerda ao norte de São João da Barra encontravam-se cobertos por florestas virgens, percorridos por grupos indígenas arredios (figura 3). Ainda em 1844, esta área era visitada por Botocudos e Puris com certa freqüência. (Martins, 2004).

A implantação do primeiro engenho à vapor ocorre em 1827, mas é só em 1840 que a indústria açucareira passou por importantes modificações, o que significou uma revolução na economia regional. A estrutura social e econômica da cana em Campos atinge sua maior plenitude, consagrando a elite local e surgindo na região imensos sobrados com arquitetura mais leve, porém no estilo da capital. As intervenções imperiais crescem, com a limpeza dos rios, abertura de canais de drenagem e redução dos pântanos e brejos, melhoria das estradas e abertura de novas (Mendes). Em São João da Barra existiam vinte e seis engenhos, três destes à vapor (Martins, 2004).

No fim do século XIX e princípio do século XX, a cana-de-açúcar ainda impera na planície campista, para em seguida decrescer em função da pecuária. Ao mesmo tempo, entre 1920 e 1940 a região experimentou um aumento de população. Na planície aluviônica os pastos passam a ocupar maiores áreas do que a da produtividade agrícola, fenômeno também observado na planície de restinga (Mendes, 1969).



**Figura 3 - Carta Corographica da Capitania do Ryo De Janeyro - Francisco João Roscio – 1777 – Biblioteca Nacional.**

### **RESULTADOS DOS TRABALHOS DE CAMPO**

As atividades de campo foram desenvolvidas, numa primeira fase na área da Fazenda Saco D'Antas, apontando-se como parte das atividades do projeto de acompanhamento arqueológico do complexo Porto do Açu o lado norte da lagoa de Iguipari, onde está situada a Fazenda Caruara, área prevista para a instalação da UTE, assim como sua provável área imediata de influência. Assim, recentemente toda a Fazenda Caruara foi percorrida para a identificação de vestígios arqueológicos. A Tabela 3 apresenta a relação dos pontos de levantamento de campo, e a Figura 4 destaca os pontos realizados na área prevista para a UTE.

**TABELA 3 - PONTOS DE LEVANTAMENTO DE CAMPO**

<b>Ponto</b>	<b>X</b>	<b>Y</b>	<b>Observação</b>
P01	289.110	7587.855	Restos de Construção
P02	286.888	7587.574	-
P03	289.320	7592.924	Cerâmica superfície
P04	289.960	7593.074	Laterita na superfície
P05	286.693	7589.912	-
P06	287.336	7589.888	-
P07	286.942	7590.377	-
P08	287.648	7590.442	-
P09	286.788	7590.819	-
P10	288.577	7590.765	-
P11	287.619	7590.873	-
P12	287.480	7591.411	-
P13	286.650	7591.142	-
P14	288.271	7591.174	-
P15	289.299	7591.239	-
P16	288.340	7591.637	-
P17	287.895	7592.121	-
P18	288.765	7591.949	-
P19	290.336	7590.227	Restos de Construção
P20	290.354	7589.153	-
P21	290.241	7588.337	Cerâmica na superfície
P22	290.093	7588.017	Cerâmica na superfície
P23	288.312	7587.663	Restos de Construção
P24	288.586	7588.301	-
P25	287.487	7588.637	-
P26	288.933	7589.041	Sondagem para análise
P27	283.983	7591.481	-
P28	286.227	7591.792	-
P29	287.219	7592.444	-
P30	287.746	7592.848	-
P31	288.770	7593.466	-
P32	286.997	7591.770	-
P33	285.984	7588.918	-
P34	285.509	7590.894	-
P35	285.034	7589.940	-





**Figura 4 - Pontos do levantamento de superfície para identificação dos vestígios arqueológicos na Fazenda Caruara**

A metodologia adotada para a realização do georeferenciamento consistiu na utilização de GPS, inicialmente para definição dos setores para a realização dos levantamentos sistemáticos de superfície (foto 1).





**Foto 1 – Exemplo do uso do GPS para os procedimentos de georeferenciamento dos pontos de campo.**

Cada setor delimitado foi percorrido pela equipe dividida em dois grupos, eqüidistantes, entre si, em cerca de 10 metros (foto 2). A indicação dos locais a serem georeferenciados foi determinada por observação visual, seguida da verificação, no mapa, para confirmação. Além da observação *in loco*, todo o trabalho foi acompanhado de registro gráfico e fotográfico.

Os cômoros e depressões de extensão linear, característicos da baixada de restinga, são cortados por diversos canais de drenagem, bem como diversas cacimbas foram escavadas para o gado, o que permitiu observação de subsuperfície. É comum se observar grande presença de gastrópodes indicativos de períodos de alagamento em várias áreas, correspondentes as depressões com gramíneas, preferencialmente utilizadas para pasto e plantações de cana no passado bem recente. Em vários setores os comoros apresentam remanescentes de vegetação de restinga, enquanto outros possuem plantações de eucaliptos ou áreas de rebrotamento dos mesmos.



**Foto 2 – Levantamento Sistemático de Superfície.**

Como referência geral, as sondagens para fins geotécnicos realizadas na área da Fazenda Saco D'Antas (MPX, 2006), permitiram a observação das amostras correspondentes aos seguintes níveis: a 5 m de profundidade, material em estágio de umidificação avançada; a 7 m, areia de granulação grossa e grãos selecionados (quartzo); a 13 m, argila orgânica e, a 29 m, sedimento argilo-arenoso com baixa plasticidade.

A área entre os limites da vegetação arbustiva de restinga e a praia também foi objeto de levantamentos de superfície, correspondendo à antiga estrada percorrida pelo gado que descia dos Campos dos Goytacazes e pelas tropas de burro até o século XIX. Ao longo desta foram observados escombros de casas demolidas, sendo que em uma dessas observou-se que tijolos mais antigos foram reaproveitados (foto 3). Não muito distante foram encontrados fragmentos de tijolos muito antigos (provavelmente do Séc. XVIII). Entre a vegetação arbustiva e a rasteira da praia, existem dunas, tendo uma delas a presença de material malacológico e fragmentos de louça pintada, em localidade fora da AID e da ADA do porto.



**Foto 3. Vestígios de casa demolida no caminho da praia (AID do Porto).**

Na área próxima à Lagoa de Grussaí em sua margem direita, coberta de pasto em uso por gado bovino (foto 4), observa-se um canal de drenagem construído em 1986. Em alguns setores às margens da lagoa foram observados restos malacológicos marinhos esparsos (foto 5), bem como fragmentos de cerâmica. No lado oposto do canal de drenagem, foram encontrados ossos de fauna, restos malacológicos, fragmentos de louça, cerâmica e telha.



**Foto 4. Vista da margem sul da Lagoa de Iquipari, com extensa área de pasto.**



**Foto 5. Setor na margem da Lagoa Iquiparí, com ocorrências de restos malacológicos.**

A área correspondente a outra margem da lagoa, onde na Carta Topográfica de 1767 encontra-se assinalada a presença de “Goytacazes”, parte desta pertencente à Fazenda Caruara, onde observamos uma extensa área impactada para plantação de eucalipto ( foto 6) e pasto, embora ainda apresente áreas com vegetação preservada (fotos 7 e 8).



**Foto 6. Fazenda Caruara – área da sede e de plantação de eucalipto.**





**Foto 7. Fazenda Caruara – vegetação de restinga preservada.**



**Foto 8. Fazenda Caruara – vegetação de restinga preservada.**

## **AVALIAÇÃO E PROPOSTAS**

A técnica adotada para o plantio de cana na Fazenda Saco D'Antas, teve cana e depois pasto isto é, a implantação de um sistema de drenagem de toda a área criando piscinas secas, protegidas por cordões de dunas artificiais formadas pelo material dragado, barreiras de eucalipto e/ou de remanescentes de vegetação de restinga, foi altamente impactante impondo perda significativa para o patrimônio arqueológico. O mesmo é válido para o setor da Fazenda Caruara, em menor escala, predominando nesta área de pastagem.

Os vestígios materiais (cerâmicas e material lítico) observados em setores no entorno das Lagoas de Iquipari e Grussaí parecem corresponder a ocupações temporárias, indicando a restinga como local de pousada e trânsito para captação de recursos.

Embora os registros históricos indiquem que os Goitacá sempre se utilizaram de cacimbas para obtenção de água, os mananciais de água doces eram pouco representativos, o que dificultaria a permanência prolongada de ocupações humanas em determinadas áreas da planície de restinga, incluindo a área da Fazenda Caruara.

Cabe ressaltar que o solo com PH ácido dificulta a sobrevivência de artefatos de material orgânico. A ausência de determinadas matérias primas, como as rochas, poderia indicar uma maior utilização de artefatos ósseos, de madeira e outros materiais orgânicos, cujos testemunhos não sobreviveriam no ambiente da restinga.

As ocupações prolongadas ocorrem, tradicionalmente, em locais estratégicos, ou seja, próximo a mananciais de água doce, de alguma forma protegida e com boa visibilidade. Tais características também foram critérios utilizados pelos colonizadores que ocuparam, como de hábito, as mesmas áreas que os indígenas. No caso da Fazenda Caruara, a ocupação caracteriza-se como temporária, principalmente associada à atividade de pesca e coleta.

A ausência de vestígios de ocupações coloniais na área de empreendimento e proximidades, como indicado pela cartografia do século XVIII, resulta da prática recorrente de reaproveitamento de material antigo para novas construções. Tal fato

foi observado em vestígios de construções localizadas na área da praia e na cobertura do abrigo para canoa na Lagoa Iquipari.

A dinâmica da planície de restinga, com zonas de intercordões, endicamento dos pequenos cursos d'água, submersão de riachos em decorrência do último período de nível marinho mais alto de idade holocênica, indicam que ações de intervenção de remoção e transporte de sedimentos podem revelar evidências que atualmente encontram-se em grande profundidade.

A ocorrência de vestígios materiais, mesmo esparsos nas margens da Lagoa Iquipari o registro da presença Goitacá no lado Norte desta no século XVIII e os chamados “caminhos d'água” (foto 9) passíveis de terem sido utilizados no passado, indicam a possibilidade da existência de ocupações humanas no entorno da área do empreendimento.



**Foto 9 - Área alagada, corresponde a um dos “caminhos d'água”**

A necessidade de compatibilizar a fase de licença para instalação dos empreendimentos foi definida pelo IPHAN através da Portaria Nº 230/2002, com exigência de Diagnóstico do Potencial Arqueológico acompanhado por um programa de Prospecção intensiva nas áreas afetadas pelo empreendimento. Esta fase tem por objetivo o aprimoramento da fase anterior, ou seja, do Diagnóstico, estimando-se a existência de vestígios arqueológicos em subsuperfície e superfície, avaliando-se a extensão destes, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação para futuro detalhamento no Programa de Resgate Arqueológico. No caso de ocorrência

de sítios arqueológicos, durante a fase de implantação do empreendimento, quando as obras de engenharia deverão ocorrer, deverá ser executado o Programa de Resgate Arqueológico nos sítios ameaçados. Durante as atividades de campo também deverá ser implantado um Programa de Educação Patrimonial.

Os levantamentos de superfície e subsuperfície executados no Projeto de Diagnóstico permitem apenas uma visão ampla do potencial arqueológico, fornecendo subsídios sobre a existência de sítios arqueológicos e áreas de ocorrência arqueológica, nas áreas de influência definidas para este estudo.

A análise da Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro de Manuel Vieyra Leão, 1767, indica ocupação Goitacá no lado Norte da Lagoa de Iquipari (onde está situada a fazenda Caruara) em área livre de inundação, sendo a margem sul percorrida apenas em períodos secos e com acampamentos temporários. A indicação das fontes históricas da preferência dos Goitacá pela utilização de “cacimbas”, tornam os chamados “caminhos d’água” passíveis de terem sido utilizados no passado, com possibilidade de existência de vestígios de ocupações humanas no entorno da área do empreendimento.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALVIM, Marília C.; DIAS Jr, Ondemar & TORÍBIO, Maria T. (1973/74) Relações Culturais e Biológicas de Grupos Indígenas da Fase Mucuri – Os Sítios Arqueológicos do Município de Santa Maria Madalena, R.J. *Delfos*, 1:55-62.
- ARAUJO, D.S.D. et al. (1998) Comunidades vegetais do Parque Nacional da Restinga de Juturnaíba. In: ESTEVES, F.A. (eds.) - *Ecologia das lagoas costeiras do PNRJ e município de Macaé (RJ)*. UFRJ- NUPEM, 39-62.
- BARROS, Clara Emilia M. (1995) *Aldeamento de São Fidélis: o sentido do espaço na iconografia*. Rio de Janeiro, IPHAN.
- BOXER, C.R. (1973) *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo, EDUSP.



- CASAL, Pe. Manuel Aires (1976) *Corografia Brasília*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, [1821].
- DIAS, G.T.M. & GORINI, M.A. (1980) A baixada Campista – estudo morfológico dos ambientes litorâneos. XXXI Congr. Bras. Geol., Camboriú – SC, *Anais* 1: 588 – 602.
- DIAS, G.T.M. ET AL. (1984) A planície deltaica do rio Paraíba do Sul – sequências sedimentares subsuperficiais. XXXIII Congr. Bras. Geol., Rio de Janeiro, *Anais* 1: 98-104.
- DIAS JR., O. (1967) Notas prévias sobre pesquisas arqueológicas nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. PRONAPA, Museu Paraense Emílio Goeld, Belém, *Publ. Avulsas*, 6: 89-101.
- \_\_\_\_\_ (1969) Considerações iniciais sobre o terceiro ano de pesquisas no Estado do Rio de Janeiro. PRONAPA, Resultados preliminares do III ano. Museu Emílio Goeld, Belém, *Publ. Avulsas*, 13:143-160.
- \_\_\_\_\_ (1972) Síntese da Pré-História do Rio de Janeiro – Uma tentativa de Periodização. *História*, I (2): 75-83.
- \_\_\_\_\_ (1975) Pesquisas Arqueológicas no Sudeste Brasileiro. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, Série Especial, I(1):1-31.
- \_\_\_\_\_ (1976/77) Evolução da cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. *Anuário de Divulgação Científica*, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, NS, 3/4:110-130.
- DÓRBIGNY, Alcide (1976) *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia ; São Paulo, EDUSP.
- FUNARI, P.P.A., HALL, M. & JONES, S. (1999) *Historical Archaeology, Back from the edge*, Londres, Routledge, 350pp, ISBN0-415-11787-9.
- FUNARI, P. P. A. (Org.) ; Charles E. Orser, Jr. (Org.) ; SCHIAVETTO, S. N. O. (Org.) . Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia contemporânea. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 250 p.

- HARTMANN, T. (1975) A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX. *Rev. do Museu Paulista*, série Etnologia, vol.1, São Paulo, Ed. Fundo de Pesq. Do Museu Paulista/USP.
- JONES, S. (1997) *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*. Londres, Routledge.
- LAMEGO, Alberto (1965) *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_ (1974) *O Homem e a Restinga*. Rio de Janeiro, Lidador.
- LÉRY, Jean de (1980) *Viagem a terra do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980.
- MARTINS, Fernando J. (1868) *História sobre a povoação e fundação de São João da Barra e dos Campos dos Goytacazes. Da antiga capitania da Paraíba do Sul*. São João da Barra, Sec. de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de São João da Barra, 2004.
- MARTIN, L. et al. (1984) Evolução da planície costeira do rio Paraíba do Sul (RJ) durante o quaternário: influência das flutuações do nível do mar. XXXIII Congr. Bras. Geol., Rio de Janeiro, *Anais* 1: 84-97.
- MENDES, R.S. (1969) Paisagens culturais da Baixada Fluminense. São Paulo, *Boletim de Geografia*, 4.
- ORSER JR, C. E. (1999) A teoria de rede e a Arqueologia da História Moderna. Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, USP, Suplemento 3:87-101.
- OSCAR, João (1976) *Apontamentos para a História de São João da Barra*. Teresópolis, Mini Gráfica – Editora Ltda.
- SAINT-HILAIRE, A. (1975) *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte e São Paulo, Ed. Itatiaia/ EDUSP.
- \_\_\_\_\_ (1974) *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte e São Paulo, Ed. Itatiaia/EDUSP.

- SOUZA, A. M. de (1981) *Pré-História Fluminense*. IEPC/SEEC, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, B. G. (1984) Exame Etnográfico. IN: BELTRÃO, M.C. & LIMA, T.A.,  
Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso, *Rev. de Arqueologia*, .3 (1):15-24.
- STADEN, H. (1970) *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP.
- THEVET, A. (1978) *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP.
- WIED-NEUWIED, M. (1989) *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte e São Paulo, Ed. Itatiaia/EDUSP.